

Ministros e Constituintes debatem reforma tributária

BRASÍLIA — O Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, anunciou ontem que o Imposto Territorial Rural (ITR) deverá continuar sendo arrecadado pela União — o atual projeto de Constituição transfere tal atribuição para os Estados — com a finalidade de criar um fundo especial para a reforma agrária. Costa Couto esteve reunido durante quase quatro horas, em sua casa, com o Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), as principais lideranças da Comissão de Sistematização, o Chefe do Serviço Nacional de Investigações, General Ivan de Souza Mendes, e representantes da área econômica do Governo, encabeçados pelo Ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

— Não foi uma reunião da Constituinte, mas chegamos a alguns pontos comuns. Por exemplo, achamos que é melhor o ITR permanecer na esfera da União. Precisamos de recursos para tocar esse programa prioritário da reforma agrária — disse Costa Couto, ao terminar o encontro.

O Deputado Alberico Filho (PMDB-MA), primo do Presidente José Sarney, disse que a importância dessa alteração está na possibilidade de tornar o ITR progressivo — maior pagamento por parte de quem tem mais — e assim taxar as grandes propriedades improdutivas. O ex-Ministro da Fazenda e ex-Secretário da Receita Federal, Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), apresentou um estudo demonstrando que os Estados não têm competência para cobrar o imposto. Outra conclusão do grupo é que, apesar das atribuições de cobrança continuarem com a União, o ITR deverá ser aperfeiçoado porque



Bresser e Mesquita, Secretário da Receita, saem da casa de Costa Couto

atualmente 90 por cento de sua arrecadação volta para os Estados.

Durante os debates, o Deputado José Serra, Relator da Subcomissão de Tributação que formulou a primeira proposta sobre o assunto, contestou a capacidade da Receita Federal de cobrar o ITR, salvo se fosse triplicado o número de funcionários com essa missão. Na sua opinião e nade outros parlamentares, a solução final foi uma maneira de não cobrar o imposto.

A reunião concluiu ainda serem necessários dispositivos que assegurem

rem a redução da interferência da União na questão tributária e descentralizem encargos — como educação, saúde, saneamento básico e assistência social — na proporção da transferência dos recursos.

O Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, veio de São Paulo no sábado. Ele prometeu à esposa voltar a tempo do almoço de ontem, o que fez com atraso. Na pressa de buscar as bagagens, ele e seus assessores cortaram caminho pulando a cerca entre a residência de Costa Couto e a sua.

Frota nega ter dito que Ulysses bloqueia Sarney

BRASÍLIA — O Secretário de Imprensa do Palácio do Planalto, Frota Netto, negou ontem ter acusado, em entrevista ao "Estado de São Paulo", o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), de não deixar o Presidente José Sarney governar o País. Segundo Frota, em nenhum momento o nome de Ulysses foi citado.

Aborrecido com o que considerou distorção de suas palavras, tratou de telefonar ao Deputado Ulysses Guimarães a fim de desmentir a versão publicada ontem. Por volta das 14 horas, o próprio Ulysses disse aos jornalistas não acreditar que o Porta-Voz, "um profissional de grande competência", tivesse feito tal declaração a seu respeito.

Frota disse que o editor "esqueceu" suas declarações e acrescentou que a entrevista foi gravada, bastando apenas recorrer ao gravador. Garantiu que, na conversa com o repórter, ressaltou que o PMDB saiu hegemônico das últimas eleições, o que fez com que algumas correntes do partido acabassem por gerar um certo bloqueio na ação do Governo.

Em relação à reforma ministerial, Frota frisou ter afirmado que, uma vez promulgada a Constituição, haverá uma nova correlação de forças que terá de ser representada dentro do Governo. Chamou a atenção para o fato de o Presidente Sarney favorecer a presença de parlamentares no seu Governo. Frota Netto ressaltou que o PMDB, que sempre defendeu a moratória como bandeira, não deu apoio ao Governo quando o Presidente decidiu suspender o pagamento de juros da dívida externa.

NORTE E NORDESTE UNEM FORÇAS PARA MUDAR DIVISÃO DE IMPOSTOS

Governo já não tem esperança de evitar reforma

BRASÍLIA — O Governo não tem esperança de evitar a elevada perda de arrecadação de tributos que significará a vitória na Constituinte do critério de distribuição de 46 por cento das receitas dos impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados a Estados e Municípios. Para se ter uma idéia da força política do lobby nordestino, foi o próprio Presidente Sarney quem assegurou respaldo à negociação de Bernardo Cabral com os parlamentares da Região para transferir mais três por cento do IR e do IPI a um fundo especial.

Há 15 dias, durante reunião com os nordestinos, assessores do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, lhe advertiram que a batalha estava perdida. Não bastasse o aval do Presidente — que corteja a bancada de sua Região preocupado com os desdobramentos da negociação em torno do sistema de go-

verno —, as representações do Norte e do Nordeste asseguram que têm 292 votos, dez a mais que o necessário para aprovar uma emenda.

Além disso, esse grupo atraiu o apoio da bancada do Centro-Oeste, com a promessa de lhes repassar uma parcela dos três por cento, sob a alegação de que esse Região não conta com incentivos fiscais para o seu desenvolvimento. O Palácio do Planalto agradeceu uma parte dos constituintes mas irritou deputados sulistas que, reservadamente, queixam-se de que Bernardo Cabral está compondo um novo projeto que nivela o País pelo Nordeste.

As maiores pressões, além das regionais, vieram da Frente Municipalista, outro grupo temido pelo Governo pelo seu poder de fogo eleitoral. A Frente representa os interesses dos pequenos municípios, considerados em boa situação financeira pelas capitais que de-

mandam ajuda da União desde a posse dos novos Prefeitos em 1986.

Na prática, as transferências para Estados e Municípios através dos Fundos de Participação poderão chegar a 56% por cento, pois está previsto o ressarcimento do Imposto de Exportação até o nível de dez por cento. Outra fonte de vazamento dos recursos da União é a perda de três impostos únicos — sobre energia elétrica, minerais e lubrificantes, combustíveis e gás, sem falar em outros como os que atingem transportes e comunicação.

Os constituintes originários de regiões beneficiadas com a nova divisão de tributos professam firme convicção federalista, tornaram suas emendas fatos consumados e jogaram com raro senso de oportunidade. A reunião de ontem só serviu para consolidar as posições conquistadas na véspera.

Antônio Carlos: 'Projeto impede reforma agrária'

SALVADOR — Da forma como está prevista no projeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), a reforma agrária é inexequível, pois não poderá ser realizada estabelecendo-se o prazo de 90 dias para a imissão de posse da terra. O alerta foi feito ontem, em Salvador, pelo Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, para quem a reforma defendida no projeto "não combina com a índole do brasileiro e não se faz nem mesmo na Rússia".

— Seria criar a desordem em áreas produtivas — afirmou o Ministro, acrescentando que, "pelo que se estabelece no projeto, para fazer a reforma agrária, entra-se na terra em 90 dias, enquanto para se fazer pesquisa mineral tem que se pedir licença ao índio". Para ele, o projeto de Bernardo Cabral "é muito ruim e terá que ser melhorado em 80 a 90 por cento pelos constituintes".

A rigor, de acordo com o Ministro das Comunicações, a reforma agrária sequer deveria constar da Constituição: "É um assunto para ser tratado em lei ordinária", afirmou. O Ministro fez esses comentários durante uma exposição agropecuária em Feira de Santana, onde esteve a convite dos ruralistas da região.

Antônio Carlos, que recebeu uma placa da UDR com os dizeres "Quem serve à agricultura, serve à humanidade", disse também que a existência do Incra é desnecessária porque este órgão muitas vezes se sobrepõe ao Ministério da Reforma Agrária. E atacou as esquerdas, frisando que seus representantes na Constituinte estão abordando o assunto com muita demagogia.

Para o Ministro, a reforma agrária deve ser feita de forma gradual e em terras improdutivas, pois, segundo seu entendimento, "desapropriar terras produtivas seria um crime contra o País". Ele disse esperar que o Presidente José Sarney escolha um Ministro da Reforma Agrária que siga a linha de Marcos Freire, "para que se tenha um trabalho equilibrado e decente, como o que vinha sendo feito".

Voltando a fazer críticas à administração de Waldir Pires, Antônio Carlos Magalhães disparou:

— Nesses seis meses, o Governo não conseguiu conter a violência e só teve ânimo para perseguir, de modo mesquinho, o povo baiano.

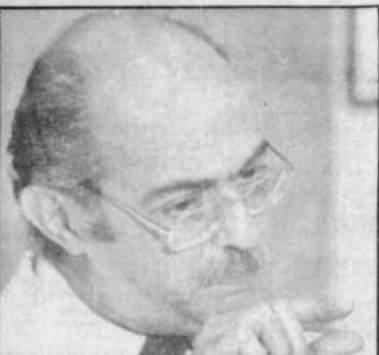
Covas passa bem e deve ter alta do Incor dentro de uma semana

SÃO PAULO — O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, operado anteontem no Instituto do Coração (Incor) para a implantação de duas pontes de safena e uma artéria mamária, deverá ter alta em uma semana, previu ontem o cardiologista Adib Domingos Jatene, responsável pela cirurgia.

Segundo o médico, a evolução pós-operatória é boa e ele acredita que dentro de um mês o Senador poderá voltar às suas atividades políticas. Disse que Covas deverá ser transferido, ainda hoje, da Unidade de Terapia Intensiva, no terceiro andar, para o quarto, no oitavo andar.

De acordo com o anestesista e sobrinho de Covas, Dirceu Lourenço Gomes, o Senador passou bem a noite. Ele acordou às quatro da madrugada, bem humorado, já querendo saber das novidades na área política. De manhã, comeu meio mamão e tomou chá com torradas, depois da retirada de duas sondas: vesical e nasogástrica. Covas tem agora apenas um dreno na região torácica, que deverá ser mantido por mais algum tempo, disse Jatene.

Dona Lila, mulher do Senador, estava bem mais tranqüila após ter



Jatene: A reação de Covas é boa

conversado com ele, pela manhã. A primeira coisa que Covas lhe pediu, disse, foram os óculos e os jornais, mas ela lhe respondeu que, por ordem médica, está proibida qualquer tipo de leitura nos próximos dias, para evitar principalmente que se aborreça com notícias. O Senador insistiu em que terá de estar recuperado até o dia 22, quando pretende viajar a Brasília para as discussões e a votação do substitutivo do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Disse ainda à mulher que quer participar do comício pelas diretas, dia 27, em Salvador.

De manhã, o Senador levantou-se da cama sem auxílio e ficou sentado numa poltrona até às 10h30m, quando os médicos decidiram dar-lhe um sedativo para que dormisse um pouco. No almoço, às 12h30m, Covas tomou sopa de legumes e comeu mamão e gelatina de abacaxi.

Às 11h30m foi divulgado o boletim médico: "O Senador Mário Covas, submetido a cirurgia de revascularização do miocárdio (ponte de safena) apresenta evolução bastante favorável. Desde as 8 horas da manhã descansa em uma poltrona, onde recebeu alimentação por boca. Suas condições gerais são muito boas. Os exames de controle continuam dentro de limites normais, prevendo-se para amanhã sua transferência para o quarto".

Estiveram ontem no hospital, visitando a família Covas, o atual Líder do PMDB na Constituinte, Deputado Euclides Scalco (PR), o Deputado federal João Hermann (PMDB-SP) e o empresário José Ermírio de Moraes. O Ministro do Interior, João Alves Filho, e os Governadores Pedro Simon e Waldir Pires telefonaram para saber do estado de saúde do Senador.

Marchezan teme crise e quer novos partidos

PORTO ALEGRE — O ex-Líder do Governo João Figueiredo na Câmara dos Deputados, Nelson Marchezan, advertiu ontem para a possibilidade de um retrocesso político diante da falta de alternativas apresentadas pelos partidos. "Nem a oposição e nem mesmo o Governo apresentam uma alternativa viável ao País, caminhando-se para uma situação de crise, correndo-se o risco de volta à excepcionalidade pela ausência total de propostas que empolguem a sociedade". Marchezan teme que o País fique à mercê de "propostas radicais" ou de um "messias", e por isso aposta na reorganização partidária que, segundo ele, acontecerá quando terminarem os trabalhos da Constituinte.

Embora permaneça filiado ao PDS, Marchezan declarou que acredita na formação de um partido de centro e que sua atual sigla contribuirá decisivamente para isso. Ontem, Marchezan realizou uma discreta aparição na Convenção Municipal do PDS, que se realizou também

em outros 236 municípios do interior gaúcho. Candidato derrotado ao Senado em 1986, o ex-Deputado insistiu em que os partidos precisavam oferecer "alternativas políticas" para pôr fim ao atual vazio do Congresso.

— Não estou fora do PDS, mas acho que ele tem uma base excepcional para ajudar a fundar uma sigla de centro, comprometida seriamente com teses de justiça social, liberdade e alimentação para o povo — declarou.

Manifestou também sua esperança de que a Constituinte consiga, nos próximos 60 dias, produzir uma Carta que responda às esperanças nacionais no campo social. Até agora, julga que o trabalho ficou aquém de todas as expectativas da sociedade, que mais uma vez sente-se frustrada. "Hoje, nem as diretas empolgam mais o povo", observou Marchezan, para quem a reforma partidária dará novo alento à população.